



## EDITORIAL

# Risco de colapso d'água

A justificativa maior para a transposição dos excessos d'água do Rio São Francisco para os vales secos do Nordeste começa a se tornar incontestável com a seca quase total deste ano. Particularmente no Ceará, o risco de colapso hídrico preocupa os órgãos públicos incumbidos do suprimento de água potável.

A estiagem é a maior dos últimos 40 anos. Sem chuvas, os açudes, nas áreas mais castigadas pela aridez, não conseguiram repor suas reservas e, agora, tendem para o esgotamento total. O fenômeno se repete nos sertões da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte, onde falta infraestrutura hídrica para suprir o consumo das populações rarefeitas.

As primeiras gerações dos cientistas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) quase acertam no emprego da açudagem como o enfrentamento ideal das estiagens prolongadas do Nordeste. Os açudes, de fato, exercem papel relevante na aridez do sertão, modificando o meio ambiente, garantindo o abastecimento humano e animal e possibilitando o desenvolvimento da agricultura irrigada.

O progresso científico, contudo, não chegou a produzir um meio de neutralizar a evapotranspiração. Armazenar a água, portanto, não equacionou, de vez, a fonte de suprimento. Os raios solares são responsáveis pela absorção de 40% do volume retido. O longo período de oito meses entre uma e outra estação das chuvas, verificada, no Ceará, nos meses de fevereiro, março, abril e maio, contribui para a evaporação da água retida nos açudes. E, assim, provoca desespero.

Há muito se cogitou uma fórmula para se evitar esse efeito, cobrindo as lâminas d'água dos reservatórios com proteções de plásticos. A ideia, embrionária, não prosperou por falta de tecnologia capaz de fabricar as proteções e até de operá-las. Em consequência, voltou-se à estaca zero porque os açudes não suportam períodos de estiagens sucessivas.

Em pleno julho, a oito meses do possível retorno das chuvas, no Ceará, a Cagece aponta um quadro crítico para o abastecimento de água em 25 municípios. O colapso começaria por Quiterianópolis, no Sertão Central; Beberibe, no Litoral Leste; e nos municípios do Maciço de Baturité, especialmente, Pacoti e Palmácia. Essas áreas registraram os menores índices de pluviosidade.

O Estado dispõe de uma empresa exclusivamente para monitorar a carga total dos 10,9 bilhões de metros cúbicos de uma rede de 132 açudes públicos. Contudo, a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh) estima a capacidade acumulada por essa rede em apenas 64%, com perda de, pelo menos, 1% a cada mês, o correspondente a 1,6 bilhão de metros cúbicos de água.

As avaliações da Cogerh diferem da Cagece, quando ela aponta as situações mais críticas em Tauá e Baixio, cujos açudes estão com carga estimada em 12%. O segundo estágio envolve 20 outras cidades, cujas fontes abastecedoras estão com seus estoques inferiores a 20%. Há igualmente o terceiro estágio com capacidade entre 20% e 30%, compreendendo 23 cidades e o quarto, com 18 municípios, onde as reservas se situam abaixo de 40%.

Garantia de abastecimento tem apenas Fortaleza e sua Região Metropolitana, de acordo com projeções feitas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce). Pela extensão da escassez d'água, compreende-se a grandeza da obra de interligação das sete bacias hidrográficas do Ceará com o Rio São Francisco.

imprimir

fechar